2

O País

“O grande drama do Brasil é que ele não conhece a si mesmo.”

Glauber Rocha

Há quarenta anos, o Brasil ingressava em um período de ditadura militar que marcaria sua história para sempre. O Golpe de 64 – que muitos insistiam em chamar de “Revolução” – instaurou no país um governo militar que escondia inúmeros conflitos e contradições profundas por trás da fachada de ordem e hierarquia das Forças Armadas. Alternando momentos de endurecimento e de abrandamento da repressão civil, o novo regime terminou no início da década de 1980, com um saldo assustador de pessoas cassadas, presas, torturadas, desaparecidas ou exiladas.

2.1.

Antes do país, o mundo

Para se compreender os acontecimentos que culminaram no Golpe de 1964 no Brasil, e a situação que daí decorreu, é preciso considerar como se configurava o mundo na década de 1960. Em linhas gerais, pode-se dizer que o globo se dividia em dois grandes blocos: o de países simpáticos ao comunismo, alinhados sob a bandeira soviética, e o de países contrários a ele, tendo os Estados Unidos no papel principal.

O confronto entre essas duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – tornou-se, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, uma espécie de Terceira Guerra: a Guerra Fria. Baseados no medo mútuo e na firme crença de que o inimigo poderia atacar a qualquer momento, os dois lados embarcaram em uma sanha armamentista. Durante cerca de quarenta anos, a possibilidade de um ataque destruidor pareceu diária e concreta.

Por que fazer uma volta tão grande no tempo para se falar do Brasil da década de 60? Por uma razão muito simples. A Guerra Fria definiu os novos contornos do mundo, dividindo-o em dois grandes blocos. Nesse precário equilíbrio de forças, cada pólo tentava conseguir mais adeptos para o seu lado. O resto do mundo tornou-se então uma grande zona de influência disputada pelas duas superpotências. A Doutrina Truman, adotada pelos Estados Unidos em março de 1947, deixava essa intenção bem clara: “(...) a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora”. (HOBSBAWN, 1995, p.226) Nesse jogo, o inimigo era pintado com as cores mais feias possíveis. Todas as estratégias de dominação eram postas em prática para garantir mais “aliados”. E o Brasil, sem dúvida, foi um dos países envolvidos nessa disputa. O “monstro vermelho” do comunismo, que comia criancinhas e queria ver o fim de toda liberdade e de tudo o que se considerava bom e justo, era uma imagem constantemente usada para garantir a influência norte-americana no cenário político e econômico brasileiro. Em *1964: Golpe ou Contragolpe?*, o historiador Hélio Silva aponta a conexão entre o Golpe dos militares brasileiros e a Guerra Fria:

“Depois da Segunda Guerra Mundial e da bipolarização do poder, marcada pela divergência fundamental entre duas potências, não era mais admissível, no mundo capitalista, um sistema de segurança que não tivesse como último elemento de apoio o poder militar dos Estados Unidos. (...) A hegemonia de uma superpotência exige *esferas de influência* que são também sistemas de dominação econômica, porque *segurança e desenvolvimento constituem teses inseparáveis*. (...) Março de 64 é um episódio da *guerra fria*”. (SILVA, 1975, pp.33-34)

A interferência norte-americana nos rumos sociais e políticos do Brasil é inegável. Sua participação no Golpe de 64 foi bastante ativa. Há registros indicando que o presidente Lyndon Johnson manteve-se constantemente informado pela embaixada americana a respeito dos acontecimentos que levaram à deposição de João Goulart. Todos os esforços para manter o novo regime dentro dos limites mínimos da aparência de legalidade foram coordenados por agentes norte-americanos, a fim de que os EUA pudessem reconhecer o novo governo como legítimo tão logo fosse possível.

A política de Goulart feria frontalmente os interesses americanos, como se verá mais adiante. As vantagens de instaurar no poder forças de direita que se alinhassem política e economicamente aos Estados Unidos eram enormes. O Departamento de Estado dos EUA chegou a programar o envio de auxílio para as tropas revolucionárias. O porta-aviões *Forrestal* aportaria perto de Santos e disponibilizaria armas e combustível no caso de haver resistência. O plano ficou conhecido como *Operação Brother Sam*.

No livro *A ditadura envergonhada*, o jornalista Elio Gaspari relata em detalhes a participação americana no processo de instauração da ditadura militar no Brasil: “O governo americano estava pronto para se meter abertamente na crise brasileira caso estalasse uma guerra civil.” (GASPARI, 2002, p.101) O presidente Johnson, em uma conversa telefônica com o subsecretário de Estado George Ball, chegou a afirmar: “Acho que devemos tomar todas as medidas que pudermos e estar preparados para fazer tudo que for preciso, exatamente como faríamos no Panamá – desde que seja viável. [...] Eu seria a favor de que a gente se arrisque um pouco”. (*Id., ibid.*)

Muito antes de Gaspari apresentar essa farta documentação ao público, porém, o historiador Hélio Silva já denunciava, com base em informações “de fonte reservada”, a extensão da participação norte-americana nos preparativos pré-Golpe:

“No trabalho pessoal de pesquisa, obtive a informação, de fonte reservada, de que elementos destacados do movimento haviam sido procurados por um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado como a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário. Em prosseguimento, teria havido novos contatos, já com o adido militar norte-americano, o então coronel Vernon Walters e, finalmente, com o próprio Embaixador Lincoln Gordon. Às vésperas da revolução, uma esquadra americana estava em condições de alcançar a costa brasileira para eventual auxílio dos revolucionários, sob a motivação de prestar assistência aos súditos norte-americanos e aos interesses americanos, como foi feito, mais tarde, em São Domingos. Tais entendimentos foram feitos sob a declaração de que não se tratava de intromissão em nossa política interna, mas de apoio ao combate ao comunismo”. (SILVA, 1975, p.27)

Tratando do papel dos Estados Unidos na instalação das ditaduras latino-americanas, o escritor Otto Maria Carpeaux não economizava no tom crítico e

irônico em suas crônicas no *Correio da Manhã*, reunidas, em 1965, no livro *A batalha da América Latina*, publicado pela Civilização Brasileira. Em uma delas, “Inferno, XXIII”, comenta a notícia de que os representantes dos EUA, na Conferência Interamericana no Rio de Janeiro, proporião “uma resolução contra os golpes militares e outros”. Afirma então Carpeaux:

“É do domínio público que alguns dêesses golpes – só falamos de tempos recentes – foram diretamente instigados pelo govêrno dos Estados Unidos (...). Também é do domínio público que nenhum dos govêrnos oriundos de golpes poderia manter-se no poder durante 24 horas, se os Estados Unidos lhe retirassem seu apoio. Os golpes militares – e outros, como diz a notícia – e a existência de govêrnos golpistas na América Latina são, portanto, de responsabilidade do govêrno norte-americano. Provas suplementares são os abundantes favores econômicos concedidos pelos govêrnos golpistas a firmas particulares norte-americanas, espécie de pagamento às custas do país golpeado”. (CARPEAUX, 1965, p.61)

Em outras crônicas, Carpeaux mencionava a frase do Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, sr. Thomas C. Mann, que afirmava: “A estabilidade é mais importante que a democracia.” (*Id.*, p.98) Corajoso, Carpeaux iniciou assim outro de seus textos: “O intervencionismo dos Estados Unidos é, sem favor, a maior tolice político-diplomática dos últimos tempos.” E terminava: “Chega de tolices. Aviso para o presidente Lyndon Johnson e não sòmente para o presidente Lyndon Johnson: não se governa nações com a mentalidade de um delegado de polícia política.” (*Id.*, pp.152-153)

O embaixador americano no Brasil, sr. Lincoln Gordon, foi outra peça-chave nas manobras que levaram à deposição de Goulart. Em *O golpe começou em Washington*, também publicado pela Civilização Brasileira em 1965, Edmar Morel afirma que Gordon, “o mais ativo de todos os embaixadores ianques que já passaram pelo Brasil”, “embarcou, nessa ocasião [quando se discutia a compra da empresa americana Bond and Share, que já havia sido encampada pelo Rio Grande do Sul], para os Estados Unidos e, dentro de um plano previamente estabelecido, declarou que o nosso governo era dominado por comunistas (...)”. (MOREL, 1965)

A compra da Bond and Share, empresa do grupo American Foreign Power, por um preço que se revelou depois excessivo (US\$135 milhões, quando o valor estimado por uma comissão técnica brasileira era de US\$57 milhões) é mais uma

prova da subserviência brasileira à pressão e aos interesses dos Estados Unidos, e exemplifica os “favores econômicos” mencionados por Carpeaux.

A participação americana no Golpe foi importantíssima, mas é fundamental que fique bem claro que não foi por sua causa que se deu o levante. Os Estados Unidos apenas se aproveitaram de uma situação que lhes era favorável. Foram coadjuvantes, deixando os papéis principais para militares brasileiros de altas patentes. A motivação para o Golpe vem de fatores diversos, e é fruto da complexidade de um país de dimensões continentais dividido entre o agrário e o urbano, o moderno e o arcaico. É isso que se verá a seguir.

2.2.

Antes do Golpe

O presidente deposto, João Goulart, assumira o cargo em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, que governara por apenas sete meses. Nessa época, o Brasil viveria o primeiro ensaio de Golpe. Jango, como era conhecido o vice-presidente eleito após o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, estava em visita oficial à China na ocasião da renúncia. Seu regresso foi ameaçado pelo que ficou conhecido como “Operação Mosquito”, que setores radicais da Aeronáutica estariam organizando com vistas a derrubar o avião em que o vice-presidente viajava para tomar posse em Brasília. Os ministros militares recusavam-se a deixá-lo assumir. O país inteiro viveu dias de angústia diante do impasse, que foi solucionado com a alteração da Constituição para permitir a implantação do parlamentarismo. João Goulart assumiria como um fantoche. O poder ficaria nas mãos do primeiro-ministro, o mineiro Tancredo Neves, e do Congresso.

É preciso esclarecer que nesse período as eleições para presidente e para vice eram independentes, ou seja, não havia uma chapa unificada. Por isso foi possível haver, na história do Brasil, um presidente e um vice tão diferentes quanto Jânio Quadros e João Goulart. Jânio era um demagogo, que seguiu a onda de moralização populista usando a vassoura como símbolo de campanha. Seu lema era “varrer a corrupção” e o “lixo” ideológico do país. Jango fazia parte do que os eleitores de Jânio consideravam “lixo”.

Eleito com mais de cinco milhões e meio de votos, o maior índice de aprovação conseguido até então por um presidente brasileiro, Jânio teve uma atuação breve e pitoresca à frente da nação. Algumas de suas medidas que mereceram destaque nos jornais da época foram a proibição das brigas de galos, o veto aos maiôs nos concursos de beleza e a exigência de que as corridas de cavalos se realizassem apenas aos domingos. Além de causar surpresa com essas medidas, Jânio conseguiu desagradar a direita que o apoiava ao reatar as relações diplomáticas com a União Soviética e ao conceder a Ordem do Cruzeiro do Sul a Ernesto “Che” Guevara. Os motivos de sua renúncia nunca foram suficientemente esclarecidos. Há a tese de que fazia parte de uma trama para retornar ao cargo com poderes absolutos. Evidentemente, isso não se confirmou. De qualquer forma, Jânio se dizia incapaz de governar sem ter o apoio do Congresso. Chegou a afirmar: “Não posso governar este País com um Congresso de imorais.” (*Jornal do Brasil*, 27 ago. 1961, p.1)

O fato é que sua renúncia levou o país à iminência de uma guerra civil. Se uma parcela de radicais de direita tentava impedir o regresso e a posse de Jango, as forças legalistas, especialmente as concentradas no Rio Grande do Sul e representadas pelo governador daquele estado, Leonel Brizola, prometiam lutar para que o vice-presidente assumisse como previa a lei. Como já se disse, a solução do embate pela legalidade foi a adoção do sistema parlamentarista, que acalmava um pouco os ânimos exaltados dos que temiam a figura de João Goulart por sua identificação com a esquerda e com o que indistintamente se chamava de “o perigo comunista”.

Goulart fora ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, mas um manifesto de coronéis o tirara do cargo em 1954. Suas realizações como ministro incluíam o aumento de cem por cento do salário mínimo e a reorganização dos sindicatos para aumentar a influência do governo sobre a classe operária. Nas eleições presidenciais de 1960, candidatou-se a vice na chapa do marechal Henrique Teixeira Lott, pela coligação PTB-PSD (Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Democrata). Lott perdeu por uma enorme diferença de votos, mas seu vice foi eleito. Surgia então a dupla Jan-Jan (Jânio-Jango). Se ambos eram populistas, Jango era mais consistentemente de esquerda e isso assustava a elite. O golpe parlamentarista imposto a Jango durou pouco. Ele se aliou às esquerdas e conseguiu realizar, em janeiro de 1963, um plebiscito sobre a volta do

presidencialismo. Ganhou com 9,5 milhões de votos contra 2 milhões dados ao parlamentarismo.

Tendo os poderes presidenciais nas mãos, Goulart deu início a um governo de certa forma contraditório. Se por um lado procurava aliar-se ao movimento sindical e aos setores reformistas, por outro tentava impor uma política de contenção salarial para estabilizar a economia, segundo a orientação do FMI. Seus projetos de reformas de base, porém, custaram-lhe o aumento das forças de oposição. Goulart perdeu o apoio da burguesia quando começou a lançar as bases para realizar a reforma agrária e implementou uma lei regulando a remessa de lucros para o exterior. Limitou o capital estrangeiro, nacionalizou empresas de comunicação e reviu concessões para a exploração de minério. Com isso, atraiu a ira das forças estrangeiras, principalmente as norte-americanas, que cortaram crédito para o Brasil e interromperam as negociações da dívida externa.

A agitação política era crescente, com greves e outras manifestações públicas. A sociedade polarizava-se e dividia-se em siglas: à esquerda, apoiando o presidente, a UNE (União Nacional dos Estudantes), a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e as Ligas Camponesas; à direita, o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e a TFP (Tradição, Família e Propriedade), organizações criadas entre 1950 e 1960 para defender os valores “liberais”, “modernizadores” e “democráticos” no país. Eram órgãos que representavam os interesses dos setores industriais e financeiros e que se colocavam frontalmente contra a política econômica e social de Jango. O Congresso, de maioria conservadora, bloqueava as iniciativas reformistas do presidente. Goulart, porém, parecia cultivar o choque, o que permitia supor que desejava atropelar o processo de sucessão e alterar a Constituição para permitir que concorresse à reeleição. (GASPARI, 2002, p.49)

“A agitação manifestada nas greves, nas reivindicações de direitos, de salários que tumultuaram a gestão Jango Goulart denunciava o conflito profundo que existia entre as massas urbanas, sem estruturação definida e com lideranças populistas, e a estrutura de poder que ainda controlava o Estado. Enquanto os líderes populistas reivindicavam rápida modernização do País, (...) a classe dominante tradicional usou a pressão populista como espantalho para submeter ao seu controle os novos grupos patrimoniais, surgidos com a industrialização. É este conflito de poder que ocupa o centro da luta política e torna impraticável a execução de qualquer programa por parte dos dirigentes. A existência desse conflito fundamental ameaça, por

fim, o próprio funcionamento das instituições básicas em que se apóia o poder. Assim, a intervenção militar teria de ocorrer, mais cedo ou mais tarde, dependendo das condições mais ou menos favoráveis ao golpe”. (SILVA, 1975, pp.26-27)

A crise agravava-se. No dia 13 de março de 1964, Goulart provocou a oposição realizando um grande comício no Rio de Janeiro, em frente à Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra. No palanque, em companhia de sua bela esposa, a Sra. Maria Teresa Goulart, e diante de cerca de 130 mil pessoas, Jango anunciou a desapropriação de terras ociosas às margens de rodovias e açudes federais e a encampação das refinarias particulares de petróleo.

A resposta das forças conservadoras foi rápida. No dia 19 de março, em São Paulo, realizou-se a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 200 mil pessoas. Organizado por grupos de direita e pelos setores conservadores da Igreja Católica, esse tipo de Marcha depois se repetiu em outras cidades brasileiras. Defendendo as “instituições democráticas” e repudiando o avanço do comunismo em solo nacional, os manifestantes carregavam faixas ameaçadoras e irônicas como “Tá chegando a hora de Jango ir embora” e “Vermelho bom, só batom”. (GASPARI, 2002, p.49)

Sobre as condições sociais que preparam o terreno para o golpe da direita, o historiador Hélio Silva, em sua perspicaz análise do Golpe, afirma:

“Março de 64 não se esgota na ação militar. Há toda a mobilização de uma sociedade, de suas forças progressistas e conservadoras, na conquista de novos horizontes ou na defesa de seus direitos e privilégios. Antes do levante de 31 de março, há estruturação de forças econômicas e sociais, nas campanhas do IBAD, do IBES [*sic*] e do GAP, para a constituição de um Congresso que votasse as suas leis, e a formação de uma mentalidade, conformada em suas doutrinas. A essa preparação, que custou trabalho, inteligência e dinheiro, seguiu-se larga preparação da opinião pública, através da utilização dos meios de comunicação de massas, imprensa, rádio, televisão, culminando nas maciças demonstrações das Marchas da Família”. (SILVA, 1975, p.34)

Algumas crises militares, ainda que de pequeno porte, haviam contribuído para levar a situação a esses termos. Em maio de 1963, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ofendera o general Antonio Carlos Murici, comandante da Infantaria Divisionária da 7^a. Divisão de Infantaria de Natal, em um discurso extremamente violento proferido no Rio Grande do Norte. No dia

seguinte, oficiais de todo o país enviaram telegramas ao ministro da Guerra, general Amauri Kruel, expressando sua solidariedade a Murici. Era um ótimo incremento à conspiração antigovernista que começava a se fortalecer.

Em setembro do mesmo ano ocorreu, em Brasília, a Revolta dos Sargentos. Controlado em poucas horas, o movimento de cerca de quinhentos sargentos que protestavam contra uma decisão do Superior Tribunal Federal serviu apenas para reforçar, junto à alta oficialidade, o sentimento de repúdio ao que consideravam uma baderna promovida pelos centros sindicais. Afinal, a insurreição dos sargentos representava uma ameaça à rígida ordem hierárquica mantida pela instituição militar como um de seus principais pilares. Mesmo militares aliados ao governo viam com maus olhos esse tipo de agitação.

A chamada Revolta dos Marinheiros, já em março de 1964, foi talvez, dessas pequenas “crises militares”, a mais significativa. Teve início durante a Semana Santa, quando o presidente descansava em sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, mandara prender doze graduados que haviam transformado a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais em uma organização monitorada pelo PCB. Reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, os marinheiros exigiam a suspensão da punição. Por quatro dias recusaram-se a abandonar o lugar, e chegaram a receber o reforço de uma tropa de fuzileiros que, enviada para desalojá-los, acabou por se unir aos rebelados. O líder da rebelião era o marinheiro José Anselmo dos Santos, nacionalmente conhecido como Cabo Anselmo. (Tudo indica que o Cabo Anselmo fosse um agente infiltrado da CIA, inclusive o tratamento privilegiado que recebeu quando foi preso, logo após o Golpe. No entanto, o cabo afirma que só mudou de lado depois de 1971.) A solução dada pelo governo à crise provocou a hostilidade dos oficiais de todas as armas, indignados pela afronta à disciplina militar: os rebelados foram anistiados e o ministro Sílvio Mota foi substituído pelo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um oficial da reserva próximo do Partido Comunista.

A oficialidade, a essa altura, era contida por apenas um tênue fio de legalidade. Esse fio foi rompido quando João Goulart compareceu, na noite de 30 de março de 1964, a uma cerimônia que comemorava o aniversário da associação de subtenentes e sargentos da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Os oficiais esperavam que Goulart repreendesse os subalternos. O que

aconteceu foi exatamente o contrário. Num discurso inflamado, Jango criticou os que insistiam em estimular a crise entre o governo e as Forças Armadas:

“(…) Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem a alardeia, quem procura intrigar o presidente da república com as Forças Armadas em nome da disciplina, são os mesmos que, em 61, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam milhares de sargentos. (...) Se os sargentos me perguntassem – estas são as minhas últimas palavras – donde surgiram tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria, simplesmente, sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulei através de uma lei. É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional.” E terminava de modo quase panfletário: “Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso país. Não queremos o Congresso fechado. Ao contrário, queremos o Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis às mínimas reivindicações populares. (...)” (GASPARI, 2002, pp.63-65)

A ida do presidente ao Automóvel Clube e o tom de seu discurso constituíram uma provocação de tal ordem às altas patentes militares que é quase impossível imaginar que Jango não intencionasse o agravamento da crise. Na agenda presidencial, uma série de manifestos estava já programada para os próximos dias, em outras cidades importantes do país. O que Jango planejava era uma espécie de “contra-golpe”. Contando com o apoio de seu dispositivo militar e das forças sindicais, pretendia pressionar o Congresso para aprovar um pacote de reformas e a mudança nas regras da sucessão presidencial. Àquela altura, estava claro que haveria um golpe, só não se sabia de que lado viria. (*Id.*, p.51)

O grande problema foi que o dispositivo militar com que Goulart contava estava se esfacelando aos poucos. Diante da pressão de nomes influentes da alta oficialidade, pouco a pouco os militares simpáticos ao governo foram mudando de lado. A situação era extremamente tensa; qualquer posição era bastante arriscada, uma vez que, às vésperas do Golpe, ainda não se podia prever as conseqüências que este teria. Manter-se aliado ao governo poderia significar a sujeição a penas diversas quando este fosse derrotado. Por outro lado, se o governo vencesse e as forças conspiratórias fossem reprimidas, o papel de traidor também não seria nada agradável. Muitos esperaram em cima do muro o quanto puderam. Por total inércia do presidente, as forças legalistas não conseguiram se organizar a tempo, e

quando viram, já era quase impossível reunir apoio suficiente para combater as manobras “revolucionárias”.

Laurence Hallewell, em seu extenso trabalho sobre o livro no Brasil, faz um excelente resumo da situação:

“Quer devido a pressões externas – os Estados Unidos estavam inquietos, não apenas com a política externa independente do Brasil, mas ainda mais com a perspectiva iminente de um atraso de pagamento de sua dívida externa –, quer à inépcia do governo, quer ainda porque Goulart considerasse que o estabelecimento do caos fosse uma preliminar necessária a um golpe que ele próprio estava planejando, o fato é que o país atingira no início de 1964 um tal estado de desespero que tornava inevitável a ocorrência de mudanças políticas radicais.” (HALLEWELL, 1985, p.462)

2.3.

O Golpe

Um dos principais articulistas do Golpe de Abril foi o chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castello Branco, ao lado dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Castello Branco assinava a Circular Reservada enviada no dia 20 de março de 1964 a todos os oficiais do Exército, alertando para o perigo que as novas medidas presidenciais representavam. Essa circular fazia parte da intensa campanha para desmoralizar o presidente e preparar os espíritos para a “revolução”.

O primeiro passo concreto no sentido da derrubada de Jango, porém, foi dado em Minas Gerais. Naquele estado, o poder civil, nas mãos do governador e banqueiro José de Magalhães Pinto, estava em estreita harmonia e articulação com os generais que planejavam a insurreição. Eles eram Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisionária/4, e Olympio Mourão Filho, da 4^a. Região Militar e da 4^a. Divisão de Infantaria. Ambos já estavam a ponto de serem removidos de seus cargos e relegados a atividades menos expressivas. Precisavam, portanto, agir rapidamente. E foi o que Mourão fez: na madrugada de 30 para 31 de março, pôs suas tropas em marcha na direção do Rio de Janeiro e de Brasília. Sua precipitação chegou a assustar o general Castello Branco, que, por telefone, ainda tentou conter o movimento. Mas já era tarde. Mourão já conseguira

o apoio do general Antonio Carlos Muricy. As tropas mineiras se concentrariam na divisa de Rio e Juiz de Fora esperando o levante fluminense.

A precipitação de Mourão, de fato, possibilitou uma tentativa de resistência por parte de dispositivo militar fiel ao governo. Tropas foram enviadas do Rio de Janeiro e de Petrópolis para enfrentar as tropas rebeldes na divisa com Juiz de Fora. Por um momento, os conspiradores pareciam recuar. O general Guedes demorava em mostrar alguma ação efetiva em Belo Horizonte, de modo que Mourão decidiu continuar a agir sem esperar por ele.

Os oficiais ainda ligados a Jango pressionavam-no a lançar um manifesto expressando seu repúdio à ameaça “comuno-sindical” de modo a reconquistar a confiança das Forças Armadas. (GASPARI, 2002, p.76) Em suma, queriam uma declaração do presidente garantindo que se afastaria da esquerda e daria uma decisiva guinada à direita. A alternativa de Jango seria ele mesmo realizar seu golpe, fechando o Congresso e aliando-se às forças sindicais e às tropas não graduadas, expurgando uma parte da oficialidade. Jango vacilou e as forças esquerdistas não se manifestaram. Em uma última tentativa, na noite do dia 31 de março, o general Amauri Krueel, então comandante do II Exército, em São Paulo, telefonou para o presidente pedindo-lhe que rompesse com a esquerda. Goulart afirmou que ceder às exigências feitas equivaleria a capitular e a tornar-se um mero “presidente decorativo”. Encerrou a conversa num tom dramático:

“General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente”. (*Id.*, p.88)

Krueel relutava em trair o presidente, e declarava-se “fiel à Constituição”, mas queria livrar a pátria do “jugo vermelho” pressionando Goulart a se afastar da esquerda. (*Id.*, p.90) Não conseguiu, e pouco a pouco toda a base militar do governo foi mudando de posição. As tropas enviadas para combater os rebeldes em Juiz de Fora haviam mudado de lado e se associado aos que deviam reprimir. Assustado, Jango decidiu deixar o Rio de Janeiro e voar para Brasília. Lá, percebeu que contava com ainda menos apoio, e foi então para Porto Alegre. Dali seguiria para sua fazenda, em São Borja, e desta para o exílio no Uruguai.

Antes mesmo de Goulart deixar o solo nacional, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República. Como presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli foi empossado em caráter provisório. Enquanto isso, a vanguarda da rebelião debatia para decidir quem assumiria o cargo. O general Arthur da Costa e Silva expediu um comunicado em que se auto-intitulava “Comandante do Exército Nacional”. Evidentemente, desejava também assumir o comando do país, mas teve de ceder à indicação dos líderes civis e militares do movimento, que optaram pelo general Castello Branco. Costa e Silva acabou por assumir a pasta de ministro da Guerra.

Como se pode perceber, o movimento revolucionário não tinha linhas bem definidas de governo, não tinha um planejamento coerente, unificado. Isso fica claro na breve mas esclarecedora análise que o historiador Celso Castro faz do movimento e de sua falta de organização:

“A falta de resistência ao golpe não deve ser vista como resultado da derrota diante de uma bem-articulada conspiração militar. Foi clara a falta de organização e coordenação entre os militares golpistas. Mais do que uma conspiração única, centralizada e estruturada, a imagem mais fidedigna é a de “ilhas de conspiração”, com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si. Não havia um projeto de governo bem definido, além da necessidade de se fazer uma “limpeza” nas instituições e recuperar a economia.” (CASTRO, *in* <http://www.cpdoc.fgv.br>, em 30 jul. 2004)

Nas páginas do *Correio da Manhã* começava a aparecer o esboço de alguma resistência. Eram, por exemplo, as crônicas de Carlos Heitor Cony, depois reunidas no livro *O ato e o fato*, publicado pela editora Civilização Brasileira ainda em 1964. No dia 2 de abril, relatava ele a movimentação nas ruas e o apoio da população de classe média aos rebeldes:

“Nessa altura, há confusão na Avenida nossa Senhora de Copacabana, pois ninguém sabe ao certo o que significa ‘aderir aos rebeldes’. A confusão é rápida. Não há rebeldes e todos, rebeldes ou não, aderem, que a natural tendência da humana espécie é aderir. (...) Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis, em sinal de vitória. Um *cadillac* conversível pára perto do ‘Six’ e surge uma bandeira nacional. Cantam o Hino também Nacional e declaram todos que a Pátria está salva. (...) Recolho-me ao sossego e sinto na bôca um gôsto azêdo de covardia”. (CONY, 1964, pp.2-3)

2.4.

Depois do Golpe

Uma das primeiras providências tomadas pelo novo governo militar foi fazer o expurgo dos que se colocavam contra ele. Esse era um dos poucos pontos em que os novos líderes concordavam. De resto, reinavam inúmeras divergências, e a proclamada unidade militar ainda estava longe de ser atingida (se é que em algum momento o foi).

Depois da reunião dos civis e militares que constituíam a cúpula do novo regime, em que se vetou o nome de Costa e Silva para a presidência, Castello Branco foi eleito para o cargo pelo Congresso. Sua promessa foi de “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. (*apud* GASPARI, 2002, p.125) O que entregou, e apenas em 1967, foi “uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas”. (*Id., ibid.*)

O Ato Institucional publicado então não foi numerado, pois se supunha que seria o único. Como se sabe, não o foi. Com onze artigos, o Ato limitava os poderes do Congresso e do Judiciário, expandindo os do Executivo. Garantia ainda ao novo presidente um prazo de sessenta dias para cassar mandatos e cancelar direitos políticos por dez anos e de seis meses para demitir funcionários públicos civis ou militares.

Comentando o Ato Institucional, Cony escreveu e publicou no *Correio da Manhã* a crônica “O Ato e o Fato”. Dizia:

“E assim é que o Alto Comando Revolucionário, sentindo que suas raízes não são profundas, impotente para realizar alguma coisa de útil à Nação – pois tirante a deposição do sr. João Goulart não há conteúdo nem forma no movimento militar – optou pela tirania. Lendo o preâmbulo do Ato tive repugnância pelos seus redatores. (...) Foi simples e tiranicamente imposto a uma Nação perplexa, sem armas e sem líderes para a reação. Foi desprezivelmente imposto a um Congresso emasculado”. (CONY, 1964, pp.15-16)

E concluía, comparando a situação brasileira com a da Argentina:

“(...) os militares da Argentina não escondem seus apetites. Não usam o terço ou a bandeira do anticomunismo para justificarem a tirania. Lembro de passagem o óbvio. Depois de Mussolini, depois de Hitler, invocar o anticomunismo para impor uma ditadura é tolice. A história é por demais recente, e nem vale a pena repeti-la aqui”. (*Id.*, p.16)

Cerca de cinco mil pessoas foram presas nas semanas seguintes à deposição de Goulart. Um dos primeiros a serem detidos foi o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Centenas passaram pelas embaixadas latino-americanas em busca de asilo político. Dentre os primeiros a se exilarem, evidentemente, estavam Jango e Leonel Brizola. Quase quatrocentas pessoas tiveram seus mandatos cassados ou seus direitos políticos suspensos. Dentre elas, o editor Ênio Silveira.

O número de mortes não foi muito alto, mas os sinais de violência eram inequívocos. No dia 2 de abril, o líder comunista Gregório Bezerra, aos 64 anos, foi amarrado seminu à traseira de um jipe e foi arrastado pelas ruas dos bairros pobres do Recife. Em seguida foi espancado e jogado na prisão. O vice-almirante Cândido da Costa Aragão, um dos líderes da Revolta dos Marinheiros, foi preso e brutalmente torturado, como revela uma carta de sua filha Dilma Aragão, publicada na coluna de Cony no *Correio da Manhã*:

“Grita dentro de mim a repugnância pelos homens, ao ver como a maldade, o ódio e a ferocidade fizeram de meu pai um trapo humano. (...) Vale lembrar que meu pai é um vice-almirante que perdeu a batalha. Encontrei-o relegado a uma condição tão deprimente que só um verme cheio de peçonha mereceria ter. (...) Senhores que mandam no momento em minha terra, peço-lhes de joelhos, não clemência, mas justiça. (...) Libertem meu pobre pai da deplorável condição física. Martirizem-no menos, para que ele possa readquirir a saúde mental. O espectro de homem que vi chora e ri desordenadamente e não consegue articular duas frases sequer, no mesmo assunto. O desespero me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um ser humano, mas na condição de seres humanos (...)”. (ARAGÃO *in* CONY, 1964, p.99)

Se as citações são longas e muitas, é porque a angústia e o desespero de quem viveu aquela época também o foram. Os relatos feitos imediatamente após o Golpe, no período de medo e incerteza que a ele se seguiu, dão conta, de modo muito vívido e claro, da opressão que se abateu sobre a população.

Foi também no prefácio ao livro *O ato e o fato* de Cony que o editor Ênio Silveira expressou sua visão sobre o governo instaurado pela “Revolução”. Em

uma breve análise da conjuntura nacional e internacional que levou ao Golpe, Ênio fazia questão de frisar:

“Em primeiro lugar, não nos esqueçamos de que se acaba de escrever, em nossas costas, um novo capítulo da Guerra Fria. Os setores mais decididos do imperialismo americano (...) entenderam que no Brasil se poderia estar jogando uma cartada decisiva contra seus interesses em todo o Continente. (...) Era indispensável, portanto, que se acabasse logo com essa brincadeira de emancipação nacional, tão perigosa e pouco pedagógica quanto uma granada em mãos de criança”. (SILVEIRA *in* CONY, 1964, p.XII.)

Fossem quais fossem as motivações que levaram ao Golpe, o resultado era já visível e indiscutível. O Ato Institucional dava amplos poderes para que o Alto Comando Revolucionário agisse como bem entendesse. A violência que se espalhou pelo país não foi, ao contrário do que alguns líderes militares da época queriam fazer acreditar, um surto provocado pelo calor do momento, justificado pelo fato de que não se “faz uma omelete sem quebrar os ovos”, como disse o general Golbery do Couto e Silva vinte anos depois, ao analisar os eventos desses primeiros dias. (*apud* GASPARI, 2002, p.133) Os ovos continuaram sendo quebrados durante longas décadas. Com maior ou menor grau de intensidade, a violência oficial (ou extra-oficial, mas garantida pela inércia do governo em reprimi-la) sempre agiu no sentido de coibir e reprimir qualquer manifestação que se opusesse ao novo regime ou que parecesse defender valores “subversivos”.

A tortura passou a ser um método comum de investigação. As funções militares confundiam-se com as policiais. Os inúmeros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) abertos em todo o país contribuíam para a grandiosa tarefa de “acabar com a corrupção e a subversão”. Evidentemente, a luta contra a corrupção durou bem menos do que a outra...

O presidente Castello Branco, porém, desejava conter os excessos e normalizar a vida política. Segundo ele, as cassações levavam a um clima “pior do que a Inquisição”, e cada ação fora da lei significava um retrocesso na aprovação da opinião pública e do exterior. E completava, desabafando: “Não sou somente presidente de expurgos e prisões”. (*Id.*, p.136)

E não era mesmo. Em maio de 1965, o editor Ênio Silveira, que cometera o grave crime de ter recebido o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para um almoço em sua casa, foi preso e envolvido no que ficou conhecido como o

“IPM da Feijoada”. Um manifesto de repúdio à prisão do editor foi assinado por cerca de mil pessoas ligadas à área cultural. Sobre a questão, o presidente Castello enviou ao general Ernesto Geisel, então chefe do Gabinete Militar, um bilhete manuscrito. Nele, perguntava:

“Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. (...) Há como que uma preocupação em mostrar ‘que se pode prender’. Isso nos rebaixa. (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. (...) Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural”.¹ (apud GASPARI, 2002, p.231)

Na área cultural, existia ainda certa liberdade para manifestações oposicionistas, o que seria totalmente reprimido após 1968. Os jornais ainda podiam publicar crônicas como as de Carlos Heitor Cony, que criticavam abertamente o novo regime e ridicularizavam os líderes militares, ou como as de Otto Maria Carpeaux, que faziam uma dura análise da política externa brasileira e da interferência norte-americana nas decisões políticas e econômicas de toda a América Latina. Sobre a atuação dos intelectuais e da cultura de modo geral no período imediatamente após o Golpe, diz Heloísa Buarque de Hollanda:

“O efeito principal do golpe militar em relação ao processo cultural não se localizou, num primeiro momento, no impedimento da circulação das produções teóricas e culturais de esquerda. Ao contrário, como mostra [Roberto] Schwarz, no período imediatamente posterior aos acontecimentos de 64, ‘apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país’. (...) Mas se a circulação do ideário e das manifestações culturais patrocinadas pela esquerda não é impedida, ela será, todavia, bloqueada em seu acesso às classes populares (...)”. (HOLLANDA, 1980, p.30)

Castello desejava limitar os poderes excepcionais que o Ato Institucional lhe conferia. Encontrava, porém, a resistência de um setor das Forças Armadas que exigia o endurecimento. Eram os ultrarevolucionários, que ficaram conhecidos como “linha dura”. O medo de perder sua base militar impedia o presidente de agir de modo mais eficaz para a liberalização do país. Instauraram-

¹ Ver ANEXO.

se aí as bases da desordem que faria o país passar por dez anos da ditadura mais radical, a que foi imposta pelo AI-5. Embora Castello Branco fosse razoavelmente liberal e desejasse a abertura, sua incapacidade de agir contra a pressão da extrema-direita e contra a anarquia que tomava conta dos quartéis foi decisiva para conduzir o Brasil aos rumos que tomou. Ao não reagir diante das denúncias de torturas por todo o país, o governo endossava esse tipo de procedimento.

Um dos mecanismos surgidos no governo de Castello que contribuíram mais efetivamente para o clima de terror e de caça às bruxas em que o país se viu mergulhado foi o Serviço Nacional de Informações, o SNI. Fundado pelo general Golbery, era um serviço de inteligência destinado a garantir a segurança nacional. Nas palavras do próprio Golbery, seria “uma CIA voltada para dentro”. (*apud* GASPARI, 2002, p.154) Nas palavras do *Correio da Manhã*, era “um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático”. (*Id.*, p.157) De fato, o Serviço contava com agentes infiltrados em grupos de esquerda, grampeava ligações telefônicas e recolhia em seus arquivos todo tipo de informação considerado útil no combate à subversão. Exerceu um papel decisivo em muitas das manobras políticas realizadas pelo governo durante o longo período ditatorial, mas sempre na sombra, no silêncio.

Se os Estados Unidos emprestaram seus serviços aos dirigentes da nova ordem e à direita de modo geral, os países comunistas também decidiram participar do cenário nacional brasileiro ajudando as forças de resistência. Há registro de vários planos de reação engendrados por especialistas de Cuba. O governo de Fidel Castro forneceu dinheiro, armas e treinamento para os líderes de movimentos “anti-revolucionários”, que se rebelavam contra o novo regime. A União Soviética e a China também tiveram participações semelhantes.

O Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade desde 1947, viveu nesses anos um racha radical: de um lado, os que defendiam a guerrilha e a resistência armada; de outro, os “moderados”, que ainda acreditavam na mobilização das massas como a melhor forma de preparar a insurreição. Os diferentes matizes de vermelho começavam a aparecer, e a esquerda brasileira foi se dividindo, de tal maneira que todas as tentativas de reação fracassaram por falta de um planejamento articulado e de uma organização mais eficaz.

Entre ataques terroristas de grupos de direita e de esquerda, sob pressão das forças mais conservadoras dos círculos militares, o presidente Castello Branco

teve de ceder e apresentar à Nação um novo Ato Institucional. O AI-2, promulgado em outubro de 1965, garantia a posição de Castello diante dos radicais, mas extinguiu os partidos políticos, tornava todas as eleições indiretas e restringia ainda mais a liberdade civil. Era a consolidação da “Revolução” em termos ditatoriais.

Seis meses depois, em março de 1967, Castello passava o país para as mãos de seu sucessor, o general Arthur da Costa e Silva, eleito indiretamente pelo Congresso. Tudo indica que Castello se tornaria um dos fortes opositores da caminhada em direção a uma ditadura cada vez mais escancarada, para usar o termo escolhido pelo jornalista Elio Gaspari como título do segundo livro de sua série sobre os anos militares no Brasil. Castello havia iniciado a articulação de um movimento contra o poder excessivo do governo quando o avião em que viajava pelo interior do Ceará sofreu um acidente. O ex-presidente morreu na hora, e com ele qualquer chance expressiva de impedir o crescente ditatorialismo em que mergulhava o país.

A indicação de Costa e Silva para a Presidência era um avanço da *linha dura*. Dono de uma figura caricatural e de uma fama de inculto e de despreparado, o novo presidente aproveitara-se das exigências das alas radicais para minar a autoridade de seu antecessor. Prometia aos militares a continuidade do regime, e aos políticos a abertura. Logo no início de seu governo, porém, os choques entre civis e militares se radicalizaram. A linha de frente desses embates era constituída pelos estudantes.

Em 28 de março de 1968, quando Costa e Silva acabara de completar um ano na Presidência, o confronto entre uma tropa da Polícia Militar e estudantes que pediam reformas no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, resultou na morte do jovem Edson Luís de Lima Souto, de dezessete anos. Foi o estopim para a guerra. Com medo de que os militares sumissem com o corpo, os estudantes carregaram-no até a Assembléia Legislativa. O tumulto era enorme. Durante a noite, a notícia se espalhou. Os teatros suspenderam suas apresentações e convidaram os espectadores a acompanharem os artistas ao velório. A Cinelândia foi-se enchendo. O velório transformou-se em comício, com uma longa seqüência de discursos dos líderes estudantis.

No dia seguinte, os cinemas da praça anunciavam filmes cujos títulos eram significativos: “A noite dos generais”, “À queima-roupa” e “Coração de luto”.

(VENTURA, 1988, p.97) As faixas e cartazes exibidos pela multidão eram também provocadores: “Bala mata fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”, “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”. (*Id.*, p.102) De fato, a morte de Edson Luís foi um acontecimento que provocou a revolta de muitos que antes haviam apoiado o regime. A classe média começava a se voltar contra os que tinha ajudado a instalar no poder.

Pouco depois das quatro da tarde, o caixão com o corpo de Edson Luís descia as escadas da Assembléia. Iniciava-se o cortejo que o levaria até o Cemitério São João Batista. No caminho, flores eram jogadas dos edifícios, lenços brancos acenados das janelas. A escritora Ana Maria Machado relembra a cena: “A cidade inteira se comovia e reclamava pela vida de um menino. O céu escurecia, estava anoitecendo; logo, as luzes iam-se acender. Mas não se acenderam.” (MACHADO *in* VENTURA, 1988, p.102) As luzes não se acenderam naquele dia, nem se acenderiam nos dez anos seguintes. O povo improvisou tochas com jornais, os moradores desceram com velas, os carros acendiam os faróis. Com essa iluminação, ao som do Hino Nacional entoado pela multidão, Edson Luís foi sepultado.

Nos dias seguintes, os estudantes e a polícia se enfrentariam várias vezes nas ruas do Rio de Janeiro, apesar das articulações feitas pelos líderes estudantis, representantes dos religiosos e políticos para garantir a segurança antes e depois das missas em homenagem a Edson. A maior delas foi realizada na Igreja da Candelária, na quinta-feira, dia 04 de abril. Foi celebrada pelo bispo-auxiliar do Rio, D. José de Castro Pinto, e mais quinze padres. A igreja estava completamente tomada por pessoas de todos os matizes políticos e religiosos. Ao final da liturgia, pouco após a comunhão, começaram a se ouvir os ruídos dos cascos de cavalos do lado de fora. As ordens militares, os motores das viaturas e o avião que sobrevoava o local produziam em conjunto uma sonoplastia de guerra. Os padres tentaram acalmar a assistência inquieta. A ordem era que ninguém saísse: os padres saíam primeiro. Enfrentando a fúria dos militares que haviam tomado a praça e que encurralavam e ameaçavam os que deixavam a igreja, os padres deram-se as mãos e fizeram uma corrente para proteger a multidão que saía da missa. Ainda assim, pouco depois de todos se dispersarem, alguns grupos menores foram perseguidos, espancados e presos.

Soube-se muito depois que o ódio dos policiais fora acrescido pelo de um grupo à paisana que recebera ordens para seqüestrar, espancar e instaurar o caos e o pânico: era o caso Para-Sar, ou “Operação Mata-Estudante”, como denunciava o *Correio da Manhã*. Comandada pelo brigadeiro João Paulo Burnier, a tropa de pára-quedistas havia sido encarregada de executar quem se atrevesse a jogar, do alto dos prédios, objetos na polícia. E mais: havia um plano para seqüestrar e atirar em alto-mar dezenas de personalidades da vida política nacional, dentre elas o ex-governador Carlos Lacerda, os ex-presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, D. Hélder Câmara e o editor Ênio Silveira.² A intenção ofensiva do Para-Sar incluía também a explosão de um gasômetro na Avenida Brasil em plena hora do *rush* e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes. Morreriam cerca de 100 mil pessoas. A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas, e ao destacamento do Para-Sar, que já estaria a postos para o salvamento, caberia o papel de herói.

Esse sinistro plano terrorista só não foi levado a cabo porque a coragem de um homem o impediu: o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, conhecido como *Sérgio Macaco*, recusou-se a cumprir as ordens e denunciou o brigadeiro Burnier aos seus superiores, inclusive ao ministro da Aeronáutica. Foi aberta uma sindicância para investigar a frustrada operação. Todas as denúncias feitas pelo capitão Sérgio foram comprovadas pelos outros participantes da reunião em que o brigadeiro expusera seu plano. No entanto, não houve nenhuma medida punitiva contra ele. Quem pagou o preço mais alto foi o capitão Sérgio. Transferido para o Recife, julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar, poderia ter sido anistiado, mas recusou-se: “Eu não posso ser anistiado pelo crime que evitei”. (*apud* VENTURA, 1988, p.217) Viveu sempre perseguido, ameaçado e discriminado, sendo chamado de louco por seus inimigos. Em um mundo hipócrita e hierarquizado como aquele, a palavra do brigadeiro valeu mais que a do capitão.

A inclusão de Lacerda, Juscelino e Ênio na lista dos que deveriam ser jogados em alto-mar pelos agentes do Para-Sar tem sua razão na Frente Ampla. Criada em 1966 como uma forma de oposição política unificada, incluía pessoas dos mais diferentes estilos e das mais díspares ideologias, unidas apenas por seu

² Para os primeiros nomes, VENTURA, 1988, pp.215-216. Para a inclusão do editor Ênio Silveira na lista, HALLEWELL, 1985, p.490.

repúdio à ditadura. Suas mais expressivas figuras políticas eram Lacerda, que passara de correligionário do Golpe a seu forte opositor, e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, dois inimigos históricos do ex-governador carioca. Em uma entrevista para a “Memória da imprensa carioca”, o jornalista Helio Fernandes relata:

“A idéia da Frente Ampla não foi minha, eu somente cedi a casa para os primeiros encontros e ali se reuniram o brigadeiro Teixeira, o Wilson Fadun [*sic*], o Renato Archer, o Ênio Silveira, que era diretor da editora Civilização Brasileira e o Carlos Lacerda. Gente que nunca havia se entendido, ali se deram magnificamente bem”. (FERNANDES, 2002)

A Frente Ampla foi declarada ilegal em 05 de abril de 1968. Nesse mês, o governo de Costa e Silva já sofria enormes pressões para editar o Ato Institucional-5, limitando ainda mais a liberdade civil e expandindo os poderes dos militares e do Executivo. O presidente resistiu até dezembro, quando, no dia 13, uma sexta-feira, o AI-5 enfim foi editado, lançando o país em uma de suas épocas mais cruéis e repressoras.

Antes disso, porém, o povo organizado ainda fazia sua última tentativa de conquistar a liberalização do regime pacificamente. No dia 20 de junho, os estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Havia sido marcada pela UNE e pela UME uma assembléia da Universidade para a manhã daquele dia. Desde cedo, porém, notou-se uma intensa movimentação de policiais do lado de fora, cercando o *campus*. Entre os vários oradores que discursaram naquela manhã estava o líder estudantil Vladimir Palmeira. Foi ele quem propôs que os estudantes invadissem a reitoria, onde estava se reunindo o Conselho Universitário, e exigissem que os professores descessem. Essa quebra na hierarquia representou também uma ruptura nos padrões educacionais tradicionais e conservadores. “Queríamos quebrar a dominação dos catedráticos e arejar a universidade”, diz Vladimir. (*apud* VENTURA, 1988, p.139)

Reunidos todos no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, professores e alunos discutiam quando chegou a notícia de que alguns estudantes haviam sido presos do lado de fora. O reitor Clementino Fraga Filho foi pedir a retirada do dispositivo policial. Apenas no final da tarde, depois de muitas negociações, o

reitor conseguiu a garantia do governador Negrão de Lima de que as tropas seriam retiradas e de que a saída pacífica dos estudantes estava assegurada. O que aconteceu, porém, foi um massacre. No dia seguinte, o cronista Carlinhos de Oliveira narrava as cenas que chocaram a opinião pública:

“Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas; no café da manhã, os jornais lhes serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama; moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços”. (*Id.*, p.138)

Levados para o campo do Botafogo, próximo à Universidade, os estudantes tiveram de suportar essas e outras humilhações. Soldados urinavam sobre os corpos deitados na grama, passavam os cassetetes entre as pernas das moças. A revolta provocada por esses atos fez com que a opinião pública se voltasse definitivamente contra Costa e Silva. Fez com que o dia seguinte ficasse conhecido como “sexta-feira sangrenta”, devido ao número de enfrentamentos entre civis e militares que aconteceram nas ruas do Rio. Fez com que a população se mobilizasse para realizar uma das maiores passeatas contrárias ao governo: a Passeata dos Cem Mil. E fez também com que o presidente cedesse às pressões para lançar mão de um Ato de força para reprimir o clima de crescente descontentamento e rebeldia.

Há divergências quanto aos números relativos à Passeata. O *Jornal do Brasil* de 27 de junho de 1968 fala em 60 mil pessoas. O ex-líder estudantil Vladimir Palmeira fala em 300 mil. O fato é que ela passou para a história como a Passeata dos Cem Mil. Autorizada pelas autoridades, reuniu artistas, intelectuais, donas-de-casa, jornalistas, advogados, padres, médicos, garis, motoristas, professores e estudantes. A concentração foi na Cinelândia, em frente à Assembléia Legislativa. Vários líderes se revezaram em inflamados discursos. A multidão carregava cartazes e faixas, e gritava palavras de ordem. Quando a Passeata começou de fato, seguindo pela Avenida Rio Branco em direção à Candelária, papéis picados começaram a cair dos edifícios. De braços dados, em fileiras que ocupavam toda a largura da rua, milhares de pessoas desfilavam pacificamente. Só havia um conflito entre as palavras de ordem: os moderados ou

reformistas gritavam “só o povo organizado derruba a ditadura”. Os mais radicais, ou *revolucionários*, respondiam “só o povo armado derruba a ditadura”.

Ao final, decidiu-se formar uma comitiva para reivindicar no Planalto a libertação dos estudantes presos nas últimas manifestações. Depois de muitas negociações, o presidente concordou em recebê-los. Na data marcada para o encontro, porém, houve um impasse: os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros, escolhidos como representantes de sua classe, não estavam usando ternos, o que feria o protocolo de Presidência. Por pouco a reunião não é cancelada. Resolvido o problema protocolar, deu-se outro: a impulsividade dos estudantes impediu que o diálogo fosse muito longe. Diante da resistência do presidente em ceder às exigências do grupo, Marcos Medeiros intimou-o: “Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros?”. (*Id.*, p.179) O presidente encerrou a reunião imediatamente e retirou-se da sala.

Os atentados de direita, dirigidos principalmente contra os teatros que apresentavam espetáculos considerados subversivos – como a peça “Roda Viva”, de Chico Buarque, em uma montagem agressiva e provocadora de José Celso Martinez Corrêa – continuavam. A guerrilha esquerdista tentava encontrar seu caminho, fosse nas frentes rurais, fosse nas urbanas. Assaltos a bancos para financiar o movimento tornaram-se comuns. Os guerrilheiros preparavam-se para a ação escondidos em pequenos apartamentos, os “aparelhos”. Eram caçados pela polícia política, que funcionava com base nas delações recebidas e nas informações conseguidas a custo da tortura de presos. Os agentes dos órgãos de informação infiltravam-se em todos os grupos. Vivia-se, cada vez mais, um clima de medo e de paranóia.

No final de setembro, duas músicas disputavam o Festival da Canção daquele ano: “Pra não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, e “Sabiá”, de Chico Buarque e Tom Jobim. A primeira tornou-se um dos hinos do movimento estudantil. A segunda ganhou o festival, mas foi vaiada pelo público durante 23 minutos seguidos. Sendo mais panfletária, a música de Vandré estava mais de acordo com os ânimos exaltados que queriam manifestar de forma clara e direta seu repúdio à repressão e à ditadura. A crítica mais lírica e sutil de Chico e Tom parecia quase uma manifestação artística alienada, crime imperdoável àquela altura dos acontecimentos.

Em outubro, a UNE resolveu organizar clandestinamente seu congresso nacional. A cidade escolhida como sede foi a pequena Ibiúna, no interior de São Paulo. O sítio Murundu, um pouco distante da cidade, era o local onde os estudantes acampariam e fariam suas assembléias. Evidentemente, o movimento de cerca de quatro mil jovens em uma cidadezinha acostumada à calma e à tranqüilidade não passaria despercebido. Seja por qual motivo fosse, o fato é que a polícia invadiu o sítio no dia 12 de outubro e prendeu algo entre 750 e 1250 participantes do congresso. O movimento estudantil se esfacelava: as principais lideranças foram presas ou, quando puderam, partiram para o exílio.

Antes disso, no final de agosto, a polícia invadira a Universidade de Brasília, agredindo alunos e professores, inclusive alguns professores estrangeiros que ali estavam como convidados. A repercussão foi péssima. Na Câmara, o jovem deputado Márcio Moreira Alves juntou-se aos outros políticos indignados com o acontecimento e proferiu um discurso que custaria muito caro ao país. De modo um tanto ingênuo, Marcito, como era conhecido, conclamou o povo a manifestar seu repúdio não comparecendo às paradas militares no sete de setembro. Além disso, exortou as moças a recusarem qualquer tipo de namoro com os integrantes das Forças Armadas, numa espécie de greve de sexo inspirada na peça “Lisístrata”, de Aristófanes, que estava sendo encenada em São Paulo. O deputado ainda acusava o exército de ser um “valhacouto de torturadores”. (GASPARI, 2002, p.316)

Foi o pretexto necessário para a linha dura aumentar a pressão sobre Costa e Silva. Os militares interessados em aumentar o poder ditatorial do governo transformaram a crise em algo muito maior do que realmente foi. O discurso de Marcio Moreira Alves não despertara maior atenção da imprensa. No entanto, o ministro do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares e o chefe do Gabinete Civil, general Jayme Portella, empenharam-se em protestar contra a ofensa e a humilhação a que todas as Forças Armadas haviam sido submetidas.

Pressionado, o governo pediu à Câmara licença para processar o deputado. Era mais do que esperado que a Câmara negasse o pedido, uma vez que a imunidade parlamentar garante a inviolabilidade das palavras e das opiniões de deputados e senadores. Com a recusa, o choque entre o Executivo e o Legislativo seria inevitável. Parece ser justamente isso o que a cúpula dos militares desejava.

No dia 12 de dezembro, realizou-se a votação na Câmara que rejeitou por uma diferença de oitenta votos a licença para se processar Márcio Moreira Alves. O país estava à beira de um segundo golpe. Os chefes militares sugeriam inclusive a deposição de Costa e Silva, caso ele não tomasse medidas radicais. Ele tomou.

No dia 13 de dezembro, em uma reunião com todos os seus ministros e com o vice-presidente Pedro Aleixo, o presidente leu o texto do AI-5 apresentado por Gama e Silva, ministro da Justiça, e ouviu as considerações de cada um dos presentes. Costa e Silva não parecia satisfeito com a radicalização da ditadura, e provavelmente esperava encontrar resistências que lhe permitissem adiar a decisão ou alterar o conteúdo do Ato. No entanto, apenas o vice-presidente manifestou-se contra, afirmando que se aquilo que haviam acabado de ler fosse aprovado, não restaria nada da Constituição, “que é antes de tudo um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana”. (*Id.*, p.334)

Não houve jeito. Horas depois, Gama e Silva lia o texto aprovado diante das câmeras de TV. O Congresso era fechado por tempo indeterminado, as cassações e suspensões dos direitos políticos eram novamente autorizadas, a liberdade de expressão e de reunião era cerceada. Um dos piores artigos do Ato era o que eliminava a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos. Os meios de comunicação foram invadidos pelos censores. Inúmeros livros foram apreendidos. Sem alternativas, a oposição passou a ver a luta armada como único caminho possível. O terror se instaurava, e não tinha prazo para terminar.